



4º Simulado Especial

TSE

Unificado

**Analista Judiciário
Área Administrativa**

Pós-Edital

Simulado

4º Simulado TSE Unificado (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa do TSE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/pbzUCHfXws4Us6Sg8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/ggRB>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

Ano de 1947, Inglaterra, Câmara dos Comuns. Winston Churchill teria dito uma frase assim: a democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as demais formas que têm sido experimentadas ao longo da história.

Deixando de lado, por um instante, o caráter frasista de Churchill, "como aferir a democracia?" é a pergunta que não quer calar. A experiência grega, que nos legou a palavra "democracia", gerou efeitos no debate. Resta, então, tentar refleti-la estatisticamente, assunto levado para o campo da quantificação, uma espécie de linha que separa países "democráticos" de "não-democráticos".

O cientista político Luis Felipe Miguel, da Universidade de Brasília (UnB), tratou logo de nos esclarecer a respeito do assunto. É que "um índice é um construto" (aqui). E, no caso da democracia, trata-se de uma instituição difícilíssima de demarcar. Por quê? Porque a produção de um índice, nessa seara, "visa apreender uma realidade complexa", o que "exige uma série de decisões", sendo a primeira delas, a preocupação de transformar a liberdade de expressão em números. Daí as consideráveis dificuldades: o direito de voto e liberdade de expressão têm o mesmo impacto na produção de uma democracia? Qual vale o dobro?

Feita essa rápida introdução, a fim de verificar que avaliar a democracia não é como colocar um termômetro e medir a temperatura, convém perquirir um índice de democracia que circulou amplamente pelos principais jornais ao longo deste ano. É que democracias do mundo, nos últimos dez anos, vivenciaram considerável queda de qualidade, sendo que a parcela de insatisfeitos atingiu o pico em 2020, divisa extrema da "recessão democrática".

O relatório de satisfação global com a democracia 2020, elaborado pelo Instituto Bennett de Políticas Públicas da Universidade de Cambridge, apontou quais foram os países que mais caíram no índice de democracia.

O levantamento revelou que 92 países atualmente têm regimes autoritários, contra 87 democráticos, sendo que os cinco mais autoritários foram Eritreia, Coreia do Norte, Arábia Saudita, Iêmen e Síria. Os que apareceram

como mais democráticos foram Dinamarca, Estônia, Suécia, Suíça e Noruega. E o Brasil? Bem, o Brasil foi o quinto país que mais caiu no ranking na última década, consoante fontes como Democracy Report 2020 e Folha S.Paulo)

Mas quais os critérios desse relatório de satisfação com a democracia? De maneira geral, os eixos levantados foram a liberdade de expressão e de imprensa, que representam uma das faces do tema. Alguém poderá perguntar: mas a eleição, não é parte essencial da democracia? Sim, mas na interpretação da cientista política alemã Anna Lührmann, em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, acabar com as eleições instantaneamente é um movimento que gera resistência, então "os governos primeiro atacam a mídia", de modo a enfraquecer a resistência. Essa é a "rota mais comum que os governos têm tomado em direção ao autoritarismo", diz a pesquisadora.

E, coincidentemente ou não, quatro meses após a conclusão da mencionada pesquisa da Universidade de Cambridge, um relatório da ONG "Repórteres sem Fronteiras", apontou que o Brasil teve a segunda queda seguida em ranking de liberdade de imprensa, ocupando a posição 107 da lista de 180 Estados.

É evidente que há grande esforço para demarcar o assunto, tanto da equipe ligada à Universidade de Cambridge, quanto da equipe ligada à ONG "Repórteres sem Fronteiras". As informações dos grupos de trabalho são muito interessantes e mais ajudam no debate do que o contrário.

Diante de tais angulações, alguns comentários adicionais: é evidente que não é nada simples comentar sobre as singularidades da democracia em curto espaço. Até porque o assunto requer a compreensão de alguns contextos, sendo impossível dar um salto do ideal de liberdade da Grécia antiga, com o "povo" tomando decisões, passando por parâmetros de realidade sócio-política exibidos no clássico A Democracia na América, de Alexis de Tocqueville.

Assim, dentro do que é possível sintetizar, vê-se que a democracia é um regime de instituições. E isto nega um regime de pessoas isoladas. Ora, apostar num discurso de salvação da pátria, com lastro na figura pessoal de um presidente da República, como muitos imaginam, trata-se de reduzir consideravelmente a riqueza do debate.

Isso já evidencia que outros tantos componentes de um índice podem ser apresentados para reflexão dentro

desse campo temático, que separa países “democráticos” de “não-democráticos”, a exemplo de que nas democracias a maioria das pessoas tem que se preocupar com as minorias ou que, apesar do voto carregar uma mensagem, a democracia não se esgota apenas na operação da eleição.

Para além disso é necessário ainda refletir a democracia pelo cumprimento de direitos fundamentais, o que passa pela defesa das garantias processuais e pelas “liberdades cívicas” (liberdade de expressão, de consciência, de reunião, entre outros). É que, como diz Lenio Streck, se há um ataque aos direitos e garantias fundamentais, “o Direito é a primeira vítima, a segunda é a democracia” (aqui).

Outrossim, a democracia requer responsabilidade, o que implica que um presidente da República, mesmo que eleito pelo voto do povo, não pode tudo. E daí caberiam mais desdobramentos, a exemplo de que a cidadania é o sustentáculo da democracia, porque se trata de um sistema exercível por todos.

Vê-se que não é tarefa fácil falar sobre democracia. Trata-se de um tema que requer cuidado redobrado, especialmente quando há argumentos do tipo “as instituições estão funcionando”, porque o maior perigo de uma democracia é achar que não há perigo. Tal significa dizer que é preciso ligar um alerta com as chamadas “armadilhas da confiança”, como nos lembra o professor David Runciman, da Universidade de Cambridge.

Há, de fato, um ponto de autenticidade na frase do político britânico Churchill, de que a democracia é o único regime aceitável ou o melhor dos piores regimes de governo. Ele faz, como resta claro, o elogio da democracia. O que nos preocupa é saber se as atuais democracias podem ser chamadas de democracias.

<https://www.conjur.com.br/2020-jun-13/diario-classe-reflexao-democracia/>

Sobre as ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

01. Churchill afirmou que a democracia é a pior forma de governo, exceto todas as outras formas já experimentadas ao longo da história. Essa afirmação, por via de ironia, expressa um elogio à democracia.

02. No primeiro parágrafo, a forma verbal “teria” atribui à citação feita um grau de incerteza.

03. Segundo o texto, é importante analisar posição dos países em índices democráticos, já que avaliar a democracia é uma tarefa simples e objetiva, comparável a medir a temperatura com um termômetro.

04. O cientista político Luis Felipe Miguel defende que a criação de um índice democrático é complexa, uma vez que envolve várias decisões, como a tentativa de quantificar a liberdade de expressão.

05. No segundo parágrafo, o vocábulo “aferir” expressa noção quantitativa.

06. O Brasil foi o quinto país que mais caiu no ranking de democracia nos últimos dez anos, de acordo com pesquisas mencionadas no texto.

07. O relatório da Universidade de Cambridge e o da ONG “Repórteres sem Fronteiras” mostram um cenário semelhante quanto aos níveis de democracia: o Brasil teve a segunda queda consecutiva no ranking de liberdade de imprensa, ocupando a 107ª posição entre 180 países.

08. Segundo a cientista política Anna Lührmann, os governos tendem a eliminar as eleições imediatamente ao se aproximarem de um regime autoritário.

09. O texto sugere que, nas democracias, a maioria, legitimada de forma numérica, não deve considerar o voto vencido das minorias.

10. O Brasil, no ranking de liberdade de imprensa da ONG “Repórteres sem Fronteiras”, foi o país que mais caiu nos últimos anos, ocupando uma das últimas posições entre os países analisados.
11. O texto afirma que a democracia não se resume apenas à realização de eleições, mas envolve também o cumprimento de direitos fundamentais e garantias processuais.
12. Lenio Streck, citado no texto como argumento de autoridade, alerta que o primeiro impacto de um ataque à democracia é a perda da liberdade de expressão, seguida pela violação dos direitos civis.
13. Pela definição de democracia, o texto sugere que o presidente da República pode tomar qualquer decisão não ilegal, desde que tenha sido eleito democraticamente pelo povo.
14. Inere-se do texto que o conceito de “armadilhas de confiança” envolve acreditar que o regime democrático não está ameaçado.
15. Segundo o professor David Runciman, o problema central da democracia atual é a falta de participação nas eleições, que ameaça a sua legitimidade.
16. O texto sugere que regimes democráticos modernos, por representarem a vontade coesa de um povo, devem se basear na figura de líderes fortes e carismáticos, como presidentes que personificam o poder.
17. Em “é a pergunta que não quer calar”, a forma verbal “calar” está flexionada para concordar com seu sujeito “pergunta”.
18. No segundo período do segundo parágrafo, a supressão da vírgula após “grega” manteria a correção gramatical, mas alteraria os sentidos do texto.
19. No primeiro período do terceiro parágrafo, o sujeito da forma verbal “tratou” é “Luis Felipe Miguel”.
20. No terceiro período do terceiro parágrafo, a partícula “se” indetermina o sujeito da oração.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

Nelma Fontana

21. **Caso:** Em 2018, João, por desilusão com a política, em razão de o candidato que estava apoiando não participar do segundo turno das eleições presidenciais, deixou de votar. Nas eleições gerais de 2022, João não compareceu para votar nem no primeiro e nem no segundo turno, por completo desinteresse por questões políticas. **Assertiva:** Sendo João parte integrante do grupo de pessoas para quem o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios, a abstenção de votar em três eleições consecutivas provocará o cancelamento de sua inscrição, uma vez que não apresentou justificativa e nem pagamento da multa.
22. A Constituição Federal assevera que a condenação criminal transitada em julgado provoca a suspensão dos direitos políticos enquanto perdurarem os efeitos da condenação. Uma vez tendo a pena sido cumprida, independente de reparação de danos, a regularização eleitoral da pessoa será automática e não dependerá de comprovação.

23. Um dos requisitos de elegibilidade é o domicílio eleitoral na circunscrição para a qual se pretende concorrer. Para fins de fixação do domicílio eleitoral, deverá ser necessariamente comprovada a existência de vínculo residencial na localidade.

24. Dentro dos 150 dias anteriores à data da eleição, não serão recebidos requerimentos de alistamento, segunda via, transferência ou revisão.

25. O adolescente, a partir de 15 anos de idade, respeitado o prazo legal, pode se alistar como eleitor, desde que mediante autorização ou assistência de seus pais ou representantes legais.

26. Em nenhuma hipótese, em ano eleitoral, será realizada a revisão de eleitorado, a fim de que não se subverta o processo eleitoral.

A respeito da Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral), analise os itens abaixo.

27. Caso: João é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado Alfa e foi escolhido pelo Tribunal para atuar como juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Alfa por um biênio (2023 e 2024). João está com férias marcadas para o mês de outubro de 2024. **Assertiva:** João, no mês de outubro de 2024, ficará afastado da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente ao de suas férias, mas não haverá desconto na contagem do biênio.

28. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral dividir as circunscrições em zonas eleitorais.

29. O Tribunal Superior Eleitoral tem competência normativa para regulamentar as eleições e a organização dos partidos políticos.

30. As juntas eleitorais são órgãos colegiados da Justiça Eleitoral compostos por cinco pessoas, sendo um Juiz de Direito e quatro cidadãos.

31. Caso: O município de Anápolis/GO conta com 292 mil eleitores. Nas eleições de 2024, cinco candidatos fizeram pedido de registro de candidatura a prefeito. **Assertiva:** Em Anápolis, será considerado eleito o candidato a prefeito que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos. Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição no último domingo de outubro, concorrendo os dois candidatos mais votados, e considerando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.

32. Sabendo que o município de Formosa/GO, em 2024, elegerá 19 vereadores, cada partido poderá registrar até 20 candidatos para as Câmaras Municipais. Do total de vagas, cada partido preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Se a divisão não for exata, a fração superior a meio deverá ser igualada a um e a inferior deverá ser desprezada.

A respeito da Lei nº 9.096/1995 e suas alterações, analise os itens abaixo.

33. É assegurada ao partido político autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral fixar as regras de fidelidade partidária.

34. Apenas o partido político que possua caráter nacional poderá registrar seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral. Considera-se caráter nacional o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% do eleitorado que haja votado em cada um deles.

35. Nas eleições proporcionais e majoritárias, perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliou, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Suponha que determinada autarquia seja proprietária de diversos imóveis que servem para dar apoio às suas operações. João pretende reivindicar a propriedade de uma das áreas utilizadas pela autarquia, argumentando que reside em um desses imóveis por mais de vinte anos, sem qualquer intervenção da entidade. Além disso, a autarquia está sofrendo a cobrança de uma dívida devida ao fornecedor de materiais Otávio, que solicitou a penhora de um dos imóveis pertencentes à autarquia para garantir o pagamento da dívida.

Acerca da organização administrativa e das hipóteses de contratação direta, julgue os itens a seguir.

36. A propriedade de imóvel pertencente à autarquia pode ser adquirida pelo particular por meio de usucapião, considerando que o terreno ficou desocupado e sem uso por mais de vinte anos.

37. Se a autarquia optar por quitar o débito com Otávio mediante dação em pagamento, a alienação do bem público dependerá de interesse público devidamente justificado e será precedida de avaliação, mas a licitação será dispensada.

Sobre os agentes públicos e as disposições constitucionais aplicáveis, julgue os itens a seguir.

38. A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.

39. Os agentes públicos contratados temporariamente para atender a uma necessidade temporária e de excepcional interesse público ocupam cargo público, estando submetidos ao regime jurídico único.

Acerca do controle da administração pública e da responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.

40. O Tribunal de Contas da União possui competência para julgar as contas dos administradores públicos federais, ao passo que cabe ao Congresso Nacional julgar as contas do Presidente da República.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

- 41.** Tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos.
- 42.** É proibido pagar a um servidor público uma remuneração inferior ao salário-mínimo, mesmo que ele trabalhe em uma jornada reduzida.
- 43.** Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Federal até 90 (noventa) dias antes da data das eleições. As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares ocorrerão durante as campanhas eleitorais, com a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.

Os partidos políticos são fundamentais para o processo democrático, pois atuam como intermediários entre o governo e a sociedade, articulando demandas e transformando-as em políticas públicas. Eles promovem a participação cidadã, mobilizando eleitores e candidatos, e facilitam o debate político ao apresentar diferentes ideologias e propostas. Além disso, os partidos desempenham um papel crucial na formação de governos e na fiscalização das ações do executivo, garantindo que o poder seja exercido de maneira transparente e responsável. Assim, fortalecem a democracia ao assegurar que a diversidade de opiniões e interesses da população esteja representada no sistema político.

A respeito da temática dos Partidos Políticos, julgue os itens abaixo:

- 44.** 5% do Fundo Eleitoral deve ser destinado, pelos partidos políticos, para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.
- 45.** No exercício de competência concorrente a edição pela União de normas gerais não impede o exercício da competência suplementar dos Estados.
- 46.** O Presidente da República possui um tipo especial de imunidade, também conhecida como irresponsabilidade penal temporária. Nesse sentido, dispõe a Constituição Federal que o Presidente da República não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, enquanto estiver na vigência do seu mandato.
- 47.** É competência privativa do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- 48.** Compete aos Tribunais de Contas representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
- 49.** Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.
- 50.** A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos e menores de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ADMINISTRAÇÃO GERAL***Douglas Schneider*

51. *Considerando as abordagens da administração, julgue o item a seguir.*

O pressuposto central da abordagem contingencial é que nada é definitivo, e não existe um método ou técnica que seja ideal para todas as situações.

52. *Acerca da evolução da administração pública e dos modelos de gestão pública, julgue o item a seguir.*

O modelo de gestão pública burocrático confere ao funcionário a responsabilidade de exercer o controle, ou seja, a garantia do poder do Estado.

53. *Julgue o próximo item, relativo a aspectos evolutivos da administração pública brasileira.*

No modelo gerencial, os objetivos e metas são estabelecidos de forma discricionária pelo gestor público, que tem maior autonomia para tomar decisões com foco em resultados e eficiência.

54. *No que se refere à evolução da administração pública no Brasil após 1930, às reformas administrativas e à nova gestão pública, julgue o próximo item.*

A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) no Brasil representou uma ruptura com a lógica da não profissionalização e do não reconhecimento por mérito dos servidores públicos.

55. *Julgue o próximo item, relativo ao planejamento estratégico.*

A declaração apresentada a seguir pode ser entendida corretamente como a visão estratégica do TSE.

“Promovemos a cidadania e garantimos a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia”.

56. *A respeito do planejamento estratégico organizacional, julgue o próximo item.*

A elaboração do planejamento estratégico proporciona maior agilidade nas tomadas de decisão, ainda que prescindida da utilização da análise SWOT.

57. *Julgue o item subsequente, relativo à cultura e liderança nas organizações.*

Os líderes formais são responsáveis por moldar a cultura organizacional, independentemente da influência de agentes internos ou externos à organização. Portanto, as relações entre os estilos de liderança e a cultura de determinada organização já fornecem todas as informações necessárias a respeito do seu modo de atuação.

58. *No que se refere à gestão de pessoas nas organizações, julgue o item a seguir.*

Inspirada em proposta da universidade americana de Michigan, com base nas teorias X e Y de McGregor, o modelo *hard skills* de gestão de pessoas, defende que a retenção da equipe é menos importante que a manutenção da eficiência e da produtividade.

59. *Acerca da gestão do desempenho, julgue o item a seguir.*

A gestão, frequentemente chamada de performance, envolve a mensuração e avaliação do rendimento de algo ou de alguém.

60. *No que se refere à gestão da qualidade, julgue o item subsequente.*

Na sua contribuição para a gestão da qualidade, Feigenbaum argumentava que a qualidade resulta da combinação total das características de *marketing*, projeto, produção e manutenção dos bens e serviços, através dos quais os produtos atenderão às expectativas do cliente.

61. *A respeito das ferramentas de qualidade, julgue o item que se segue.*

A ferramenta de qualidade conhecida como diagrama de Ishikawa possibilita a identificação direta e imediata das possíveis causas que geram determinado efeito problema.

62. *Julgue o item subsequente, relativo à gestão de projetos.*

Na avaliação dos critérios para a seleção de projetos, os requisitos legais e a satisfação da clientela são considerados critérios quantitativos e qualitativos, respectivamente.

63. *Com relação ao gerenciamento de projetos, julgue o próximo item.*

O escopo do produto se refere ao trabalho que deve ser realizado para entregar um produto, serviço ou resultado, com as características e funções que foram previamente especificadas.

64. *Julgue o próximo item, a respeito de gestão por processos.*

A visão integrada dos processos que transcendem os limites das unidades funcionais é uma das principais características da gestão por processos.

65. *No que se refere à gestão por processos, julgue o item a seguir.*

A abordagem de processos limita-se aos aspectos técnicos e estratégicos.

ORÇAMENTO

Leandro Ravynelle

66. O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos de planejamento governamental, cujas competências e conteúdos são delimitados pela Constituição Federal de 1988.

A respeito da LDO, é correto afirmar que esta tem como objetivo principal estabelecer as metas e prioridades da administração pública, incluindo a orientação para a elaboração da LOA, ajustando-se ao Plano Plurianual (PPA).

67. A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar.

68. De acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve conter a previsão da receita e a fixação da despesa para um exercício financeiro, podendo incluir qualquer medida que autorize o pagamento de despesas de exercícios anteriores, independentemente de sua origem.

69. O orçamento público brasileiro deve ser único, isto é, deve compor um único documento, integrado e consolidado, que contemple todas as receitas e despesas do governo para determinado exercício financeiro, excetuando-se, assim, os orçamentos das empresas estatais não dependentes.

- 70.** No âmbito do orçamento público brasileiro, o Plano Plurianual (PPA) deve conter, entre outros elementos, as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para os programas de duração continuada. Esse instrumento de planejamento, conforme a Constituição Federal de 1988, abrange um período de quatro anos e possui o propósito de estabelecer as metas e prioridades da administração pública.
- 71.** A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não possui o objetivo de ajustar as metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) para o exercício financeiro seguinte, uma vez que o foco da LDO é a fixação de despesas correntes da administração pública.
- 72.** A Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme determina a Lei nº 4.320/64, deve contemplar apenas as despesas de custeio e investimento do governo federal, sendo vedada a inclusão de operações de crédito no orçamento.
- 73.** A Constituição Federal de 1988 estabelece que a inclusão de emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) está condicionada à compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), exceto no caso de emendas que tratem de despesas com pessoal e encargos sociais, que podem ser aprovadas independentemente dessas compatibilidades.
- 74.** O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na receita quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício.
- 75.** A Lei nº 4.320/64 define que o orçamento deve ser uno, ou seja, deve conter todas as receitas e despesas do ente público, incluindo as receitas extraorçamentárias, como as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).
- 76.** A Constituição Federal veda que o Poder Executivo realize a abertura de créditos suplementares ou especiais sem a devida autorização legislativa, mesmo que haja recursos disponíveis, exceto, por exemplo, no caso de créditos extraordinários destinados ao enfrentamento de calamidades públicas.
- 77.** De acordo com a doutrina, o orçamento participativo é uma prática obrigatória nos municípios com mais de 200 mil habitantes, conforme previsão expressa na Constituição Federal de 1988 e no ordenamento jurídico brasileiro.
- 78.** A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer limites globais para o montante da dívida pública da União, Estados e Municípios, conforme previsto na Lei nº 4.320/64.
- 79.** A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á de uma mensagem que conterà, dentre outros elementos, os saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis.
- 80.** Os programas constantes do Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital sempre serão correlacionados a metas objetivas em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

Com relação ao planejamento e ferramentas estratégicas, julgue os itens a seguir.

81. O planejamento tático ocorre no nível institucional, envolve a organização como um todo e considera dimensões internas e externas à organização, como a análise da situação organizacional e a análise ambiental.

82. Os objetivos estratégicos estabelecidos para cumprimento do planejamento estratégico de uma Organização devem ser específicos, mensuráveis, atingíveis, relevantes e definidos no tempo.

83. O Balanced Scorecard (BSC) é uma metodologia que prioriza a perspectiva financeira, em detrimento das demais perspectivas, quais sejam: Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

84. Texto: Os fragmentos a seguir foram extraídos do plano estratégico 2021-2026 do TSE:

“Promover a cidadania e garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia.”

“Consolidar-se como uma instituição transparente, garantidora da legitimidade do processo eleitoral e impulsionadora de inovação na prestação dos serviços à cidadã e ao cidadão de forma segura, acessível e sustentável.”

Assertiva: Esses fragmentos representam, respectivamente, a missão e a visão do TSE.

85. A matriz SWOT, ferramenta utilizada em planejamentos estratégicos, busca mapear tanto oportunidades e ameaças, as quais estão relacionadas à dimensão interna da organização, quanto forças e fraquezas, as quais estão relacionadas à dimensão externa da organização.

Com base na Gestão de Processos e Qualidade, julgue os itens a seguir.

86. Os processos podem ser gerenciais, de suporte, ou finalísticos. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes são conhecidos como processos finalísticos.

87. A adoção da gestão por processos é típica de organizações com estrutura verticalizada, com poucos departamentos sob o mesmo nível hierárquico.

88. A organização que decide implementar um programa de qualidade baseado em metas, com o objetivo de exigir que seus empregados alcancem níveis elevados de produtividade, está apoiada no método de William E. Deming.

89. Enquanto na gestão por funções as tarefas são executadas sob rígida supervisão hierárquica, nas organizações geridas por processos a supervisão hierárquica é flexibilizada.

90. Se a organização pretende realizar mudanças incrementais em seus processos, ela deve optar por adotar uma técnica conhecida como reengenharia.

91. O Ciclo PDCA é uma ferramenta bastante utilizada na gestão de processos e está voltado para a melhoria contínua dos processos. A etapa C (Check) consiste em atuar corretivamente, com o objetivo de evitar eventuais problemas ocorram novamente.

92. O gestor deve levar em consideração as características típicas dos processos, tais como a unicidade e a temporariedade.

93. Situação Hipotética: O Governo Federal planeja transferir recursos financeiros aos Estados para auxiliá-los no combate à determinada doença pandêmica e, com isso, diminuir o número de mortes causadas pela doença. Contudo, devido à limitação de recursos, o Governo Federal decidiu que irá focar suas transferências financeiras para aqueles Estados que estão apresentando os maiores índices de mortes causadas pela doença.

Assertiva: Uma ferramenta adequada para ser utilizada nessa situação hipotética é o Diagrama de Pareto.

Com relação ao processo administrativo, julgue o item a seguir.

94. As funções de planejamento e organização possuem, respectivamente, foco em ideias e recursos.

Com relação às características básicas das organizações formais modernas, tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização, julgue os itens a seguir.

95. Os elementos básicos que devem ser observados no projeto de definição da estrutura organizacional são: especialização do trabalho; departamentalização; cadeia de comando; amplitude de controle; centralização e descentralização; e formalização.

GESTÃO DE PESSOAS

Rodrigo Rennó

96. A gestão de pessoas é uma área independente dentro da organização, sem relação com os outros sistemas organizacionais, como os de produção ou finanças.

97. A Teoria das Relações Humanas, proposta por Elton Mayo, trouxe o foco para a importância das condições psicológicas e sociais dos colaboradores, afastando-se da ênfase exclusiva na eficiência e produtividade proposta por Taylor.

98. O órgão de Recursos Humanos tem como função realizar o recrutamento e seleção de pessoal, sem envolvimento em outros processos, como treinamento e desenvolvimento.

99. Os Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) podem ser usados tanto para apoiar decisões operacionais quanto estratégicas dentro da organização.

100. A comunicação eficaz dentro de uma organização depende exclusivamente da clareza com que as informações são transmitidas pelos gestores.

101. A cultura organizacional é composta por valores, normas e práticas compartilhadas pelos membros da organização, sendo um fator estático que não muda ao longo do tempo.

102. O trabalho em equipe é uma competência interpessoal essencial para o sucesso organizacional, pois permite a integração de habilidades e conhecimentos de diferentes colaboradores.

103. A gestão de conflitos no ambiente organizacional visa evitar qualquer tipo de conflito, uma vez que eles são sempre prejudiciais à organização.

104. A negociação integrativa foca em criar valor para todas as partes envolvidas, promovendo soluções que atendam aos interesses mútuos.

105. As relações indivíduo/organização são influenciadas pela percepção que o colaborador tem de que seus valores e objetivos pessoais estão alinhados aos da empresa.

106. A liderança situacional é eficaz porque adapta o estilo de liderança ao nível de maturidade e competência dos colaboradores.

107. A Teoria da Expectativa afirma que os colaboradores são motivados quando acreditam que seu esforço levará a um bom desempenho e que este será recompensado de forma valiosa.

108. A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) inclui tanto aspectos físicos, como a segurança no ambiente de trabalho, quanto aspectos psicológicos, como o equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

109. Competências interpessoais, como a empatia e a escuta ativa, são essenciais para o trabalho em equipe e a colaboração eficaz no ambiente organizacional.

110. A gestão da mudança organizacional visa minimizar a resistência dos colaboradores, garantindo a adaptação e aceitação das novas diretrizes implementadas pela organização.

GESTÃO DE CONTRATOS (INCLUI LEI Nº 8.112/1990)

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos doutrinários e as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

111. A fase de planejamento das contratações, prevista na Lei 14.133/2021, deve obrigatoriamente incluir a elaboração de um estudo técnico preliminar das contratações, independentemente do plano de contratações anual (PCA).

112. O critério de julgamento por "técnica e preço" deverá ser preferencialmente utilizado em licitações que envolvam a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual, como elaboração de projetos de engenharia e consultoria técnica.

113. A adoção do regime de execução por tarefa é restrita a pequenos trabalhos por preço certo e não pode envolver o fornecimento de materiais.

114. A Administração poderá antecipar pagamentos ao contratado, em caráter excepcional, caso em que pode ser exigida garantia adicional.

115. Em regra, a Administração Pública pode firmar contratos de fornecimento contínuo pelo prazo de até 5 anos.

Tomando por base os preceitos normativos da Lei nº 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

116. Ao servidor público é assegurado o direito de se licenciar para tratar de assuntos particulares pelo prazo máximo de três anos consecutivos, sendo permitido que exerça atividade remunerada no setor privado durante esse período.

117. O servidor em estágio probatório poderá ser removido de ofício para outra localidade, desde que mantidas as mesmas atribuições do cargo ocupado, independentemente de conclusão e homologação do estágio probatório.

118. A penalidade de suspensão aplicada ao servidor público pode ser convertida em multa, a critério do servidor punido, desde que não ultrapasse o limite de 50% da remuneração, sendo o servidor obrigado a permanecer em exercício durante o período da suspensão convertida.

119. A critério da Administração, é permitido ao servidor público com deficiência física requerer horário especial para o exercício de suas funções, mediante compensação de horário.

120. Havendo a concessão de licença para atividade política, o servidor terá assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de 3 meses, a partir do registro da candidatura e até o 10º dia seguinte ao da eleição.

Discursiva

Em uma situação hipotética, o Poder Executivo da União elaborou suas peças de planejamento orçamentário. De todas as etapas e condições constitucionais necessárias, coube destaque aos seguintes fatos:

- a. Os projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual foram apreciados pelas duas casas do Congresso Nacional.
- b. Foi aprovada uma emenda ao projeto da Lei Orçamentária Anual, da seguinte forma:
 - b.1. a fonte de recurso foi proveniente de anulação de despesa.
 - b.2. a despesa anulada referia-se ao serviço da dívida.
- c. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu:
 - c.1. de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - c.2. metas e prioridades da administração pública federal e as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública. Além disso, orientou a elaboração da lei orçamentária anual, dispôs sobre as alterações na legislação tributária e estabeleceu a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- d. Apesar da regra de que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, foram inseridos artigos para
 - d.1. abertura de créditos suplementares e especiais
 - d.2. contratação de operações de crédito.
- e. Na execução do orçamento, foi realizada, sem prévia autorização legislativa, transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo

Manifeste-se sobre esses fatos quanto à compatibilidade de cada um deles com o disposto na Constituição Federal de 1988. Justifique sua resposta.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
